

**UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DAS EMPRESAS DE EXPLORAÇÃO DE
PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS LISTADAS NA BM&FBOVESPA**

LEONARDO OLIVEIRA NASCIMENTO VILHENA

Orientador: Prof.º Me. RICARDO NEVES BORGES

**Trabalho de Conclusão de Curso II
apresentado à Faculdade de Ciências
Contábeis da UniRV – Universidade de Rio
Verde, como parte das exigências para
obtenção de título de Bacharel em Ciências
Contábeis.**

RIO VERDE

2015

**UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DAS EMPRESAS DE EXPLORAÇÃO DE
PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS LISTADAS NA BM&FBOVESPA**

LEONARDO OLIVEIRA NASCIMENTO VILHENA

Orientador: Prof.º Me. RICARDO NEVES BORGES

**Trabalho de Conclusão de Curso II
apresentado à Faculdade de Ciências
Contábeis da UniRV – Universidade de Rio
Verde, como parte das exigências para
obtenção de título de Bacharel em Ciências
Contábeis.**

RIO VERDE

2015

V757i VILHENA, Leonardo Oliveira Nascimento.

Informação por segmento das empresas de exploração de petróleo, gás e biocombustíveis listadas na BM&FBOVESPA / Leonardo Oliveira Nascimento Vilhena. - Rio Verde. - 2015.

40 f.

Trabalho de Conclusão de Curso II (Graduação) apresentado à Universidade de Rio Verde – UniRV - Faculdade de Ciências Contábeis, 2015.

Orientador: Prof.º Me. Ricardo Neves Borges.

1. Informação por segmento. 2. Divulgação. 3. CPC 22.

CDU: 657



UniRV
Universidade de Rio Verde

UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

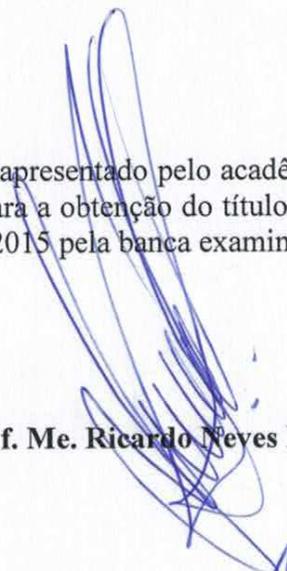
TERMO DE APROVAÇÃO DA MONOGRAFIA OU ARTIGO

**UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

TERMO DE APROVAÇÃO

**Informação por Segmento das empresas de exploração de petróleo, gás e
biocombustíveis listadas na BM&FBovespa**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pelo acadêmico Leonardo Oliveira Nascimento Vilhena como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado em 02 de dezembro de 2015 pela banca examinadora constituída por:



Prof. Me. Ricardo Neves Borges



Prof. Esp. Bruno Sabino de Sousa



Prof. Esp. Adriane Gomes Ferreira Silveira

DEDICATÓRIA

A minha mãe Delzita Rosa Oliveira, que sempre esteve ao meu lado, apoiando-me nos momentos de dificuldades, me encorajando a trilhar meu caminho e não mediu esforços para que eu concluísse esta etapa na minha vida.

As pessoas que direta ou indiretamente colaboraram para realização deste trabalho, minha família, minha namorada e aos meus amigos pela eterna atenção e disponibilidade ao atender as minhas necessidades para desenvolver da melhor forma possível o presente estudo e para que a conclusão do curso se tornasse realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado força e determinação para superar cada obstáculo e chegar ao final desta jornada. Aos meus pais Delzita e Valdir, minha namorada Kerolayne e todos familiares e amigos, em especial Rodrigo Valongo, Edsel Veloso, Leonardo Lanza, Cleidimar Arantes, Nathalia Santino e Ana Karolina Santino pelo amparo e incentivo concedidos durante os momentos de dificuldades e fraquezas. Aos professores, pelos conhecimentos que comigo compartilharam, ao meu Orientador Ricardo Neves Borges, pelo apoio e ensinamentos necessários para a conclusão deste trabalho. A vocês, toda minha gratidão e respeito.

RESUMO

VILHENA, Leonardo Oliveira Nascimento. **Informação por segmento das empresas de exploração de petróleo, gás e biocombustíveis listadas na BM&FBOVESPA**. 2015. 40p. Trabalho de Conclusão de Curso II (Graduação em Ciências Contábeis) – UniRV - Universidade de Rio Verde, Rio Verde, 2015. ♦

Ao longo dos anos, com a harmonização das normas internacionais, houve por consequência, uma maior transparência nas demonstrações contábeis. Com a aprovação do Pronunciamento Técnico - CPC 22 em 2009 surgiram às informações por segmento, tendo o objetivo de promover aos usuários das demonstrações contábeis e as informações necessárias acerca das atividades de negócios em que a companhia opera. O objetivo desta pesquisa é analisar como as empresas do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis listadas na BM&FBOVESPA estão divulgando suas informações por segmento de acordo com o CPC 22. A metodologia utilizada foi qualitativa-quantitativa, quanto ao objetivo foi classificado como bibliográfica, seguido pelo método de abordagem dedutivo e à técnica de coleta de dados classificado como indireta. A presente pesquisa, analisou as notas explicativas de 7 empresas do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis que divulgam suas demonstrações contábeis no site da BM&FBOVESPA, das quais a empresa Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A., OGX Petróleo e Gás S.A. foram excluídas por não apresentarem dados suficientes para a análise. Os principais resultados da pesquisa quanto à média do índice de divulgação foram: em 2010 de 71,60%, em 2011 de 71,60%, em 2012 de 69,60%, em 2013 de 69,60% e em 2014 de 63,20%.

Palavras-Chave: Informação por segmento, divulgação, CPC 22.

♦ Banca Examinadora: Prof.º Me. Ricardo Neves Borges – UniRV (Orientador); Prof.º Bruno Sabino de Souza – UniRV; Prof.ª Adriane Gomes Ferreira Silveira – UniRV.

ABSTRACT

VILHENA, Leonardo Oliveira Nascimento. **Information by the of exploration companies of petroleum, gas and biofuels listed on the BM&FBOVESPA**. 2015. 40p. Work of Conclusion Course II (Graduation in Accountant Sciences) – UniRV - University of Rio Verde, Rio Verde, 2015. ♦

Throughout the years, with the harmonization of the international standards, there was therefore greater transparency in the financial statements. With the approval of the Technical Pronouncement - CPC 22 in 2009 came the segment information, which have the purpose of promoted users of the financial statements and the necessary information about the business activities in which the company operates. The objective of this research is to analyze how the petroleum, gas and biofuels companies listed on the BM & FBOVESPA are disclosing their segment information in accordance with CPC 22. The methodology used was qualitative and quantitative, such as the objective it was classified as bibliographic, followed by the deductive method of approach and the data collection technique classified as indirect. The present research analyzed the notes of 7 companies in the petroleum, gas and biofuels companies who disclose their financial statements on the BM & FBOVESPA website, of which the Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A., OGX Petróleo and Gás S.A. were excluded for not presenting sufficient data for analysis. The main search results as the average of disclosure index were: in 2010 of 71.60% in 2011 of 71.60% in 2012 of 69.60% in 2013 of 69.60% and in 2014 of 63.20%.

Keywords: Segment information, disclosure, CPC 22.

♦ Examining board: Teacher Me. Ricardo Neves Borges – UniRV (Advisor); Teacher Bruno Sabino de Souza – UniRV; Teacher Adriane Gomes Ferreira Silveira – UniRV.

LISTA DE QUADROS

| | | |
|----------|-----------------------------------------------------------------------|----|
| QUADRO 1 | Empresas separadas por setor de atuação compostas na BM&FBovespa..... | 27 |
| QUADRO 2 | Instrumento de coleta de dados | 28 |
| QUADRO 3 | Classificação indicadora..... | 28 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|----------|-----------------------------------------------------------------------|----|
| TABELA 1 | Classificação da divulgação das empresas..... | 30 |
| TABELA 2 | <i>Ranking</i> das 4 empresas com melhores níveis de divulgações..... | 32 |
| TABELA 3 | Classificação da qualidade dos quesitos apurados..... | 32 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AICPA – *American Institute of Certified Public Accountants* (Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados)

BM&F – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo

IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

IBrX – Índice Brasil

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

FASB – Financial Accounting Standards Boards (Comissão de Padrões de Contabilidade Financeira)

IAS – *International Accounting Standards* (Normas Internacionais de Contabilidade)

IASB – *International Accounting Standards Board* (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade)

IFRS – *International Financial Reporting Standards* (Incorporação das normas internacionais de contabilidade)

NBC TG – Normas Brasileiras de Contabilidade - Técnicas Gerais

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------------------------------|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1 Problema de pesquisa | 12 |
| 1.2 Objetivos..... | 12 |
| 1.2.1 Objetivo geral | 12 |
| 1.2.2 Objetivos específicos..... | 12 |
| 1.3 Justificativa..... | 12 |
| 1.4 Delimitação do tema..... | 14 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 15 |
| 2.1 Demonstrações contábeis | 15 |
| 2.2 Comitê de Pronunciamentos Contábeis..... | 17 |
| 2.3 Informação por segmento | 18 |
| 2.3.1 Divulgação das informações por segmento | 20 |
| 2.4 Pesquisas sobre informação por segmento | 21 |
| 3 METODOLOGIA DE PESQUISA | 24 |
| 3.1 Quanto aos objetivos | 24 |
| 3.2 Quanto aos procedimentos..... | 25 |
| 3.3 Quanto ao método de abordagem | 25 |
| 3.4 Quanto às técnicas de coletas de dados | 26 |
| 3.4.1 População e amostra | 26 |
| 3.5 Quanto à análise dos dados..... | 27 |
| 4 RESULTADOS DA PESQUISA | 29 |
| 4.1 Análise dos resultados | 29 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 34 |
| REFERÊNCIAS | 36 |

1 INTRODUÇÃO

Com o advento da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, estabeleceu-se que as companhias abertas deveriam corresponder às normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), solidificando o processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais, passando a emitir instrumentos normativos com a finalidade de atenderem às exigências legais, dando sustentação teórica e técnica aos contadores na aplicação das novas práticas (PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2012).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi idealizado a partir de várias entidades brasileiras em 2005, tais como: Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ficando este responsável pela harmonização da contabilidade brasileira às normas internacionais. Nesse aspecto, o CPC visa à centralização e uniformização das demonstrações contábeis, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos modelos internacionais (MORALES, 2011).

O CPC é o resultado de abertura da economia brasileira para o exterior, viabilizando o contato direto de empresas brasileiras com economias dos países desenvolvidos, inclusive com títulos negociados nas principais Bolsas de Valores do mundo e ao alcance dos investidores em outros países (SZUSTER *et al.*, 2011).

Atualmente, existem quarenta e seis pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que determina normas e procedimentos para contabilização dos eventos contábeis.

O CPC 22 (2009) trata das Informações por Segmento, emitida em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 8 que são informações divulgadas pela entidade em suas demonstrações contábeis e que possibilita a avaliação da natureza e os efeitos financeiros de suas atividades, demonstrando os ambientes econômicos em que operam.

1.1 Problema de pesquisa

As empresas do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis listadas na BM&FBOVESPA estão divulgando as informações por segmento conforme o CPC 22?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Para Lakatos e Marconi (2007), o objetivo geral está ligado ao ponto de partida da pesquisa, tendo em vista uma visão que compreende diversos aspectos dentro do tema. Assim, o objetivo geral é analisar como as empresas do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis listadas na BM&FBOVESPA estão divulgando suas informações por segmento de acordo com o CPC 22.

1.2.2 Objetivos específicos

Para atender ao objetivo geral estabelecido foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar uma abordagem teórica sobre as demonstrações contábeis;
- Conceituar informação por segmento, bem como as exigências do CPC 22;
- Analisar através das demonstrações financeiras das empresas do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, como estão sendo divulgadas as informações por segmento.

1.3 Justificativa

O Pronunciamento Técnico CPC 22 (2009) dispõe sobre Informações por segmento, onde ressalta que o segmento operacional é um componente da atividade responsável pelo desenvolvimento da atividade gerando receitas e incorrendo em despesas, onde o gestor das operações revisa regularmente os resultados operacionais, tomando decisões sobre a alocação de recursos ao segmento, avaliando assim seu desempenho, e oferecendo informação financeira individual (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010; SZUSTER *et al.*, 2011).

De acordo com a CVM (2007), as informações por segmento tendem fornecer aos usuários das demonstrações contábeis, informações do setor no qual a empresa opera.

Por meio da divulgação de informações por segmento, a entidade é capaz de analisar melhor cada item de forma detalhada, podendo deste modo, investigar e levantar os pontos positivos e negativos de segmento na atividade como um todo, verificando quais fatores influenciam no resultado final e quais são capazes de ocasionarem variações positivas ou contrárias na empresa, tornando compreensíveis as inúmeras vantagens que as informações por segmento proporcionam devido à disposição de análise detalhada de cada segmento dentro da atividade, podendo deste modo, analisar a capacidade de cada segmento e seu percentual de resultado em relação ao resultado integral da empresa.

Dessa forma, ao analisar os benefícios como: identificação e análise de oportunidades e riscos, avaliação mais objetiva, fornecimento de elementos sobre a estrutura operacional, melhoria dos tipos de informação da gestão, maior detalhamento das demonstrações financeiras que são proporcionados pela divulgação das informações por segmento e a importância do cumprimento das normatizações trazidas pelo CPC 22. A CVM (2007) incentiva as divulgações das informações por segmento pelas companhias de capital aberto.

A pesquisa a ser apresentada é oportuna e tende a contribuir para com o tema, bem como na área contábil, por demonstrar o tratamento dado pelas companhias brasileiras do setor de petróleo, gás e biocombustíveis, listadas na BM&FBOVESPA, quanto às suas informações por segmentos já divulgadas, determinando o padrão de segmentação de acordo com as características específicas das empresas, constatando a evolução das informações, pois este trabalho encontra-se referenciado desde a edição da norma que foi criada em 2009.

Considerando que as empresas brasileiras do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis abrangem posições de destaque nos *rankings* ocupando a nona posição entre as dez maiores corporações global (BARBOSA, 2014).

Para Silva e Pinheiro (2012), a divulgação das informações por segmento na qual se baseia em uma abordagem gerencial, é de muita importância para o mercado financeiro e para o mercado de capitais, pois permite aos investidores tomarem decisões embasadas em informações mais particularizadas sobre como os negócios estão sendo administrados, com acesso as mesmas situações vividas pelo tomador de decisão, no momento de sua avaliação. Podendo assim decidir com mais clareza e eficiência por investir ou não em determinado grupo ou empresa

Destaca-se, segundo o CPC 22, aprovado pela Deliberação CVM 582/2009, que tais informações por segmento são de caráter obrigatório, podendo assim, esta pesquisa, contribuir de modo que auxilie os órgãos reguladores responsáveis pela fiscalização e qualidade das

informações disponibilizadas aos usuários a obterem um *feedback* sobre a quantidade de informações que as empresas estão divulgando acerca do tema preposto.

As informações por segmento estão voltadas para uma perspectiva gerencial focada no planejamento e controle da organização.

1.4 Delimitação do tema

Este estudo delimita-se as companhias brasileiras de capital aberto do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis listadas na BM&FBOVESPA entre 2010 e 2014.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são consideradas uma representação monetária essencial da posição patrimonial e financeira em uma data definida e das transações realizadas por uma instituição no período finalizado nessa data. Tem como objetivo prover subsídios sobre a posição patrimonial e financeira de uma entidade, além do resultado e o fluxo financeiro, que são essenciais para uma variedade de usuários na tomada de decisões. Elas ainda mostram os procedimentos de gerenciamento pela administração, dos recursos que lhe são creditados (IUDÍCIBUS, 1998).

Conforme está descrito no CPC 26 (2011), as demonstrações contábeis incluem os seguintes componentes: balanço patrimonial; demonstração do resultado; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, podendo ser substituído pela demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração dos fluxos de caixa; demonstração do valor adicionado, se divulgada pela entidade; e notas explicativas, incluindo a descrição das práticas contábeis.

O relatório gerado pelas demonstrações contábeis a partir do registro dos fatos ocorridos nas empresas tem por objetivo principal prestar, aos interessados, informações sobre a situação econômica e financeira, bem como os riscos e retornos relacionados ao investimento. Assim, sejam quais forem os interesses dos usuários nas empresas, as decisões que devem tomar necessitam de informações sobre os dados corporativos, sejam financeiros, econômicos ou operacionais. Nesse contexto, a evidenciação de informações é fundamental para o conhecimento dos usuários sobre a empresa (SCHVIRCK; LUNKES; GASPARETTO, 2013).

Krieck (2010), explica que a contabilidade tem métodos para que alcance seus objetivos contábeis, como a escrituração dos fatos contábeis, as demonstrações contábeis, a auditoria e a análise de balanços que corresponde a uma técnica particularizada que contribui com subsídios aos usuários das informações contábeis.

De acordo com o artigo 176 da lei 6.404/76, as entidades deverão exprimir através do Balanço Patrimonial: Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, Demonstração do

Resultado do Exercício e a Demonstração das origens e aplicações de recursos, informações claras que demonstrem a situação do patrimônio e mutações da entidade ao final de cada exercício social (SILVA, 2014).

Com a Lei 6.404/76, dentre as demonstrações exigidas pelo art. 176, surgiram: a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) e do valor adicionado (DVA), e assim as demonstrações financeiras emitidas pelas empresas de capital aberto, que tenham iniciado o exercício a partir de 01º de janeiro de 2008, passam a atenderem as disposições da Lei 11.638/07 (COSTA, 2011).

O balanço patrimonial, dentro da entidade serve para que se mensure a sua posição patrimonial financeira que é composto por contas dos grupos do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, onde o Ativo representa os recursos advindos de operações passadas, pelo qual se espera benefícios econômicos no futuro. O Passivo é uma obrigação presente originada de eventos passados, quitados mediante desembolso de recursos capazes de gerar benefícios econômicos e Patrimônio Líquido propagado em valor, após ser descontado seu passivo (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010; CPC 22, 2009).

Sobre a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Iudícibus *et al.*, (2010) explica que ela serve para analisar as informações quanto à situação econômica da instituição, fornecendo as informações básicas responsáveis pela formação do resultado, apresentando as contas de receitas e despesas relativas às operações da empresa.

Silva (2014), explica que a Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA) demonstra o lucro líquido verificado no exercício através da DRE e sua distribuição, assim como os fatos que mudaram o saldo da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, é considerada como uma demonstração financeira obrigatória para as empresas, todavia, tratando-se de Sociedade Anônima de Capital Aberto, deverá ser substituída pela DMPL.

O objetivo da Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é comprovar as alterações ocorridas no Patrimônio Líquido de um exercício para outro, apresentando o saldo de cada conta, durante o ano em exercício e seu novo saldo por conta, proporcionando a análise das variações das contas que compõem o Patrimônio Líquido. Se elaborada essa demonstração, não há necessidade de se apresentar a DLPA, uma vez que aquela inclui esta. Já a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) demonstram as operações de investimentos e financiamentos realizadas na entidade, apontando as formas de captação e aplicação de recursos pela entidade (SILVA, 2014).

A Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) é composta por atividades financeiras, investimentos e operacionais, compreendidas pelas receitas e gastos relacionados à atividade a

fim da empresa, indicando as entradas de dinheiro do caixa, durante certo período (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Como componente das Demonstrações Contábeis, a DVA se torna obrigatória para sociedades anônimas de capital aberto com a Lei 11.638/07, tendo a finalidade de evidenciar a riqueza da entidade, demonstrando como foi sua distribuição em um período em específico (CPC 09, 2008).

Dentre as demonstrações contábeis a serem elaboradas, destaca-se as notas explicativas, responsáveis por demonstrarem informações adicionais as já trazidas pelas demonstrações contábeis, fornecendo descrições e detalhes de informações (PERRONE, 2012).

Nas demonstrações contábeis, as notas explicativas devem ser ordenadas colaborando com o entendimento e comparação das informações contidas nas demonstrações contábeis, devendo declarar conformidade com os Pronunciamentos Contábeis, trazendo informações que complementem as demonstrações e por último, outras divulgações (CPC 26, 2011).

Desse modo, Iudícibus *et al.*, (2010) ressaltam que a finalidade das demonstrações financeiras, sejam quais forem os interesses dos usuários nas empresas, as decisões que devem tomar necessitam de informações sobre os dados corporativos, sejam: financeiros, econômicos ou operacionais, é de fundamental importância para o conhecimento dos usuários sobre a empresa, pois essas informações ajudam os gestores a tomarem decisões de forma mais eficaz.

2.2 Comitê de Pronunciamentos Contábeis

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado em 2005 pelo Conselho Federal de Contabilidade, instruindo as empresas brasileiras a internacionalizar seus procedimentos contábeis, sendo este órgão responsável pela emissão e divulgação dos pronunciamentos técnicos (CFC, 2005).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis é uma entidade autônoma, criada pela resolução CFC nº 1.055/05, tendo as finalidades principais: estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de contabilidade e divulgar informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a

convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (SZUSTER, *et al.*, 2011; MORALES, 2011).

Conforme o Comitê de Pronunciamento Contábil, as informações trazidas pelas demonstrações contábeis emitidas pelas entidades devem permitir que os usuários, avaliem profundamente o que ocorrem em suas atividades.

2.3 Informação por segmento

As informações por segmento são fatores utilizados para identificarem os segmentos divulgáveis da entidade, incluindo a base da organização, tipos de produtos e serviços a partir dos quais, cada segmento incluindo as receitas, informações sobre lucro ou prejuízos, informações sobre os respectivos ativos, passivos e as bases de mensuração, conciliações de receitas totais do segmento (AILÓN *et al.*, 2013).

As informações por segmentos constituem uma das formas específicas para gerar uma correta avaliação dos negócios, da natureza das atividades e dos efeitos financeiros, os quais não eram claramente demonstrados em outros tipos de demonstrações, sejam elas gerenciais e/ou obrigatórias descrita pelo CPC 22 (2009) e citada por Silva (2014).

O principal objetivo do pronunciamento técnico CPC 22 (2009) é regulamentar a divulgação de informações por segmento, permitindo aos usuários das demonstrações contábeis ponderarem a natureza e os resultados financeiros das atividades de negócios nos quais estão abrangidas e os ambientes econômicos em que atuam, além de estabelecer a correlação com a norma internacional citada. O alcance da norma está limitado às demonstrações financeiras das companhias abertas, elaboradas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010; COSTA, 2011).

Para Souza e Sarlo Neto (2014), o CPC 22 (2009) é baseado em princípios, e não em imposições rígidas, o que permite elevado grau de subjetividade em sua aplicação, destacando que a segmentação deve estar de acordo com políticas contábeis e formas de divulgação internas, refletindo os mesmos critérios utilizados na contabilidade gerencial de cada instituição.

A informação por segmento surgiu para contribuir de forma positiva para que os usuários das informações contábeis tenham uma visão mais objetiva de determinada empresa e sobre seus segmentos (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Conforme Iudícibus *et al.* (2010), o segmento operacional é definido como um componente de uma companhia capaz de produzir bens e serviços, ou grupo desses, sujeito a riscos e retornos diferentes dos demais segmentos.

Segundo o CPC 22 (2009), as informações por segmentos constituem uma ferramenta de gestão estratégica, destinada a oferecer sustentação para a tomada de decisão sobre alocação de recursos e para a avaliação de atuação pelos gestores. Deste modo, os demais usuários a partir da divulgação das demonstrações contábeis, podem despossem das mesmas informações providas internamente, ficando beneficiada do diagnóstico econômico e financeiro da instituição pelos usuários externos.

As Informações por Segmento visam aumentar a transparência das informações divulgadas, auxiliando no processo de gestão empresarial, contribuindo para a análise correta das informações contidas nas demonstrações contábeis, levando às análises mais próximas da realidade, além de proporcionar que os demais usuários das informações contábeis possam obter a mesma análise que o gestor da atividade, podendo assim tomar decisões de como investir ou não em uma determinada empresa (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

De acordo com Costa (2011), no Brasil as primeiras regulamentações acerca de informações por segmento foram emitidas pela CVM. No parecer de orientação 24, de 15 de janeiro de 1992 e o ofício-circular 001/2004 da Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria de 19 de Janeiro de 2004.

Para Boscov (2009) nas demonstrações contábeis, a divulgação de notas sobre resultado por linha de produtos está descrito no parecer 24/92, que traz o incentivo dessa divulgação. Já o ofício circular 001/2004 determina que essas informações devessem basear-se na norma internacional IAS 14. Assim, em 2006 essa norma foi revisada pelo IASB que publicou a norma internacional IFRS – 8 “*Operating Segments*”, baseada na norma norte-americana SFAS 131, fazendo parte do processo de colaboração entre o FASB e o IASB, harmonizando as normas contábeis, podendo assim, serem utilizadas em âmbito nacional e internacional.

Iudícibus *et al.* (2010) e Costa (2011) ressaltam que com a deliberação CVM nº 582 de 31 de julho de 2009 e pela Resolução CFC nº 1.176/09 (NBC TG 22 – Informações por Segmento) de 4 de agosto de 2009, o Pronunciamento Técnico CPC 22 (2009) - Informações

por Segmento – Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 8 - é emitido pelo Comitê de Pronunciamentos de Contabilidade.

Segundo o CPC 22 (2009), as informações por segmento consistem em um instrumento de gestão estratégica destinado a dar sustentação para a tomada de decisão sobre alocação de recursos e para a avaliação de desempenho pelos gestores. A partir da sua divulgação, os demais usuários das demonstrações contábeis passam a dispor das mesmas informações fornecidas internamente, ficando favorecida a análise econômica e financeira da entidade pelos usuários externos.

Segundo Vasconcelos e Szuster (2003), o segmento operacional é um componente responsável pelo desenvolvimento da atividade gerando receitas e incorrendo em despesas, onde o gestor das operações revisa regularmente os resultados operacionais tomando decisões sobre a alocação de recursos ao segmento avaliando assim seu desempenho, oferecendo informação financeira individual.

Para apresentar a demonstração do resultado, a empresa deve divulgar os fatores utilizados para identificar os segmentos divulgáveis da entidade e os tipos de produtos e serviços ao qual cada segmento obtém receitas, informações sobre o lucro ou prejuízo reconhecidas e conciliações das receitas totais dos segmentos, os respectivos ativos, os passivos e as bases de mensuração e as conciliações das receitas totais dos segmentos (CPC 22, 2009).

Conforme descreve o CPC 22 (2009) a instituição deverá divulgar o valor do lucro ou prejuízo obtido, bem como o ativo total de cada segmento que irá divulgar, devendo apresentar o passivo se for exposto ao principal gestor das operações. Também deverá divulgar as receitas de transações com outros segmentos operacionais da mesma entidade, receitas financeiras, despesas financeiras, depreciações e amortizações, itens materiais de receita e despesa, participação nos lucros ou prejuízo.

Para Boscov (2009), muitas são as discussões dessa norma, como, por exemplo, a ausência de definição sobre o que é receita e despesa do segmento, lucro do segmento, ativo e passivo do segmento. Na IFRS 8 essas definições estarão a cargo de cada entidade.

2.3.1 Divulgação das informações por segmento

Dentro da divulgação das informações por segmento, a organização deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem a natureza e os efeitos financeiros das atividades de negócios nos quais estão envolvidos e os ambientes

econômicos que atuam (CVM 582, 2009).

Em relação à prática de divulgação de informações, observa-se que existe uma grande variação no nível de desagregação das informações por segmentos geográficos e econômicos, assim as empresas usam uma grande variedade de esquemas de classificação, com uma tendência para esquemas amplos e um número limitado de segmentos geográficos (SCHVIRCK; GASPARETO, 2011).

Schvirck, Lunkes e Gaspareto (2013) descrevem que a divulgação de informações sobre segmentos pode refletir distintas estratégias, surgindo à questão de entender em quais condições uma empresa divulgará ou não esta informação. Deste modo, observa-se que existe um balanceamento de divulgação que considera tanto a maximização do valor de mercado das empresas quanto aos custos por evidenciar as informações, assim nesse ponto, a informação que favorece a capitalização da firma é noticiada e a informação que a desfavorece é registrada.

Deste modo, Souza e Salo Neto (2014) concluem que uma maior divulgação de informações por segmentos, como o valor do lucro ou prejuízo total de cada segmento, bem como as receitas de transações, as receitas e despesas financeiras, as depreciações e amortizações, deriva numa melhor disposição em se prevenir o desempenho futuro de uma organização e conseqüentemente, influenciarem os investidores e demais usuários na sua tomada de decisão.

De acordo com o CPC 22 (2009), mensuração são as movimentações patrimoniais da entidade como os ajustes, as eliminações que são efetuadas na elaboração das demonstrações contábeis, ganhos ou perdas, despesas e receitas que deverão ser alocados no valor dos lucros ou prejuízo que corresponde a cada segmento, onde o valor reportado deste segmento deve ser passado para o gestor das operações para auxiliar nas tomadas de decisões sobre alocações dos recursos e avaliação do seu desempenho.

Bosco (2009) ressalta pontos polêmicos na norma relacionada à mensuração, ao requerer o uso da métrica adotada pelo gestor das operações para tomar decisões de alocar recursos e avaliar o desempenho do segmento, o que torna a mensuração subjetiva, isto é, variável de acordo com o julgamento de cada pessoa.

2.4 Pesquisas sobre informação por segmento

As primeiras divulgações por segmento surgiram no Reino Unido por volta da década de 60, em países como Londres, onde a Bolsa de Valores levou suas empresas a

divulgarem seus lucros e receitas em forma segmentada. Em 1967, o Instituto Americano de Contadores Públicos dos Estados Unidos (AICPA) sugeriu que diversificadas empresas publicassem, também informações por segmento de suas atividades (COSTA, 2011).

Conforme Iudícibus *et al.* (2010), o princípio básico é que as informações apresentadas por segmentos, em conjunto com as demonstrações contábeis, possibilitem aos usuários a avaliação correta da natureza das atividades do negócio e seus respectivos efeitos financeiros, conhecendo de fato o ambiente econômico em que a empresa está inserida.

Colaborando com este estudo, Pardal (2008) acrescenta que a IAS 14 – *Segment Reporting* trata dos parâmetros de divulgação das informações por segmentos, exigindo que as informações sejam divulgadas por linha de negócios ou por área geográfica, partindo do princípio de que a divergência entre produtos e serviços ou os segmentos de diferentes áreas geográficas afetam o resultado da atividade empresarial.

Através do estudo de Vasconcelos e Szuster (2003), sobre informações contábeis por segmentos de negócios, procurou-se averiguar o estágio de evidenciação de informações por segmentos nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras em 2001, constatando que neste ano, algumas empresas nacionais já apresentavam informações por segmentos, mas não existia uma padronização para a evidenciação dessas informações.

Scvirck, Lunkes e Gaspareto (2013), realizaram um estudo bibliográfico e documental com foco descritivo, com objetivo de traçar um panorama da divulgação de segmentos nas demonstrações financeiras das companhias abertas que operam no Brasil, publicadas em 2010, primeiro ano de vigência do CPC 22. O estudo procurou identificar como foram definidos e quantos são os segmentos publicados, além de analisar tais resultados em relação a características corporativas da empresa: tamanho, setor de atuação e status de listagem da companhia nos níveis de governança corporativa através de notas explicativas de 81, companhias abertas selecionadas entre as maiores empresas na edição 2010 da Revista Melhores e Maiores. Os resultados da pesquisa mostraram que existem empresas que não fizeram qualquer referência as informações por segmentos, atendendo predominantemente ao critério de linha de negócios e 27% das companhias agruparam as atividades em um único segmento. Demonstrou ainda, que somente o tamanho do ativo apresentou relacionamento significativo e positivo com as características de definição e quantidade de segmentos publicados, existindo grande heterogeneidade nas estruturas dos relatórios por segmento publicados.

Ailón *et al.* (2013) efetivaram um estudo com objetivo de averiguar como são demonstradas as informações gerenciais que são publicadas na nota explicativa de

informações por segmento nas organizações que compõem o IBrX-50, comprovando que o panorama de tendência contábil internacional rege as organizações brasileiras dentro da nova realidade de desafio informacional, em relação à exposição de informações gerenciais, como por exemplo, informações por segmento. O estudo desses autores demonstrou que a evidenciação é marcada entre os setores; e que foi encontrado um baixo coeficiente de *disclosure* das informações gerenciais.

Através de Souza e Sarlo Neto (2014) houve a publicação de um estudo descritivo que englobou 272 empresas ativas na BM&FBOVESPA, distribuídas em 20 setores econômicos, totalizando 544 demonstrações contábeis, com o objetivo de identificar as práticas de divulgação de informações sobre segmentos operacionais expostas por empresas brasileiras, durante os anos de 2010 e 2011. Os autores concluíram que não houve uniformidade nas práticas de divulgação sobre segmentos dessas empresas. Além disso, identificaram-se diferenças tanto nos tipos de informações divulgadas quanto nos níveis de detalhamento das mesmas e o seu nível de divulgação não exploraram todos os pontos citados pelo Pronunciamento, confirmando que não existiu o cumprimento dos requisitos do CPC 22 por parte dessas instituições, sendo as práticas de divulgação pouco delineadas e superficiais em diferentes aspectos.

Deste modo, sabe-se que o CPC 22 (2009) é baseado em princípios, devendo ser de acordo com as políticas contábeis e formas de divulgação internas, refletindo os mesmos critérios utilizados na contabilidade gerencial de cada instituição, pode-se constatar que nas pesquisas sobre informação por segmento, realizadas por Scvirck, Lunkes e Gaspareto (2013), bem como o estudo de Souza e Sarlo Neto (2014), demonstraram que existe grande heterogeneidade nas estruturas dos relatórios por segmento publicados, não existindo o cumprimento dos requisitos do CPC 22 por parte das instituições pesquisadas.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

A Metodologia tem como função mostrar o caminho da pesquisa, ajudá-lo a refletir e instigar um novo olhar sobre o mundo: um olhar curioso, indagador e criativo (SILVA, 2001).

Para Cavalcanti (2007) a metodologia é um instrumento do conhecimento que proporciona aos pesquisadores em qualquer área de sua formação, orientação geral que facilita planejar uma pesquisa, formular hipóteses, coordenar investigações, realizar experiências e interpretar resultados.

Dentro da metodologia, as pesquisas segundo Gil (2002) classificam-se quanto: aos procedimentos, ao método de abordagem, aos objetivos e a técnica de coleta de dados.

3.1 Quanto aos objetivos

Para Oliveira Netto (2008), a pesquisa pode ser classificada como: explicativa, descritiva e exploratória, onde a pesquisa descritiva tem como objetivo identificar, registrar e analisar as características, fatores ou variáveis que estejam relacionadas com o fenômeno ou processo sem a interferência do pesquisador.

Segundo Gonçalves (2001), a pesquisa descritiva procura descobrir com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação, conexão com os outros, sua natureza e características. São inúmeros os estudos que podem ser classificados como pesquisa descritiva e uma de suas características mais significativas é a utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, tais como o questionário e a observação sistemática, e instrumentos como a observação e o formulário.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa foi classificada como descritiva, já que segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva se aplica ao levantamento de opiniões, atitudes e crenças de uma população ou segmento dela.

Deste modo, quanto aos objetivos desta pesquisa, ela se classificou como descritiva por partir de um levantamento bibliográfico para assim analisar e interpretar fatos que se relacionam com o assunto da pesquisa (OLIVEIRA NETTO, 2008).

3.2 Quanto aos procedimentos

Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados na realização desta pesquisa, ela foi classificada como bibliográfica, já que segundo Gil (2002), as pesquisas bibliográficas consistem na utilização de livros, dissertações, teses e artigos.

De acordo com Oliveira Netto (2008), os procedimentos de uma pesquisa classificam-se em operacional, experimental, documental, bibliográfico e estudo de caso, onde a pesquisa bibliográfica é aquela que tem como princípio conhecer o conteúdo científico já apresentado sobre um assunto específico através de bibliotecas, universidades e acervos virtuais.

Em relação à pesquisa de campo, para Lakatos e Marconi (2001) se tratam de uma pesquisa realizada com o intuito de levantar informações relacionadas a um problema que deve ser respondido, de alguma hipótese a ser comprovada, ou também pela intenção de se descobrir ou entender a relação entre fenômenos.

Este método foi utilizado para dar mais suporte teórico ao tema abordado, uma vez que o procedimento bibliográfico proporciona um leque de conceitos a serem estudados e analisados sobre determinado assunto.

Sendo assim, a pesquisa classificou-se em bibliográfica em razão de seu referencial teórico e por utilizar informações extraídas de livros, trabalhos científicos e arquivos disponíveis na internet, e também em estudo de caso, por analisar as características contidas nos relatórios de informações por segmento da empresa através de investigação (OLIVEIRA NETTO, 2008).

3.3 Quanto ao método de abordagem

O método de abordagem de uma pesquisa pode ser: indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético. A pesquisa utilizou-se o método dedutivo que segundo Lakatos e Marconi (2001), são partes de leis e teorias e assim prediz a ocorrência de situações particulares, ou seja, parte do geral para conclusões específicas sobre um assunto.

O método de abordagem para a realização deste estudo foi considerado dedutivo, pois como expõe Lakatos e Marconi (2001), o método de abordagem dedutivo parte do geral para o individual, hipotético dedutivo formula-se hipóteses e as testam para a resposta do problema ou dialético que é um processo contínuo de perguntas, no qual a resposta de um problema é o início de outro questionamento.

Assim a presente pesquisa, utilizou-se do método dedutivo, pelo fato deste estudo buscar apenas explicações e respostas coerentes para o problema de pesquisa, através de materiais bibliográficos, sem fazer uso de experiências.

3.4 Quanto às técnicas de coletas de dados

Quanto à técnica de coleta de dados, este estudo foi classificado como indireto, por utilizar-se de livros, artigos, leis entre outros, não obtendo contato direto com o objeto da pesquisa. Assim como expõe Lakatos e Marconi (2001), afirmando que a técnica indireta está relacionada à coleta de dados a partir de fontes documentais e bibliográficas.

Por se tratar de um estudo bibliográfico, a coleta indireta relacionou-se de forma mais adequada ao desenvolvimento do mesmo, uma vez que a fonte de pesquisa fora por meio de livros, periódicos, artigos já publicados e material retirado da internet.

A pesquisa foi de cunho qualitativo e quantitativo, uma vez que a pesquisa qualitativa, ainda de acordo com Moresi (2003), considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo inseparável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. E, a quantitativa, segundo Moresi (2003) considera que tudo pode ser quantificado, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer técnicas estatísticas (porcentagem, média, moda mediana, desvio padrão e outros) e o uso de recursos.

3.4.1 População e amostra

A coleta de dados da presente pesquisa foi de forma indireta e baseou-se nas notas explicativas ou em relatórios da administração das empresas brasileiras do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis listadas na BM&FBovespa, seguindo como objeto de estudo as 07 empresas relacionadas no Quadro 1. As informações utilizadas foram coletadas por meio das divulgações que cada empresa fez por meio do site da BM&FBovespa.

| SETOR ECONÔMICO | SEGMENTOS | EMPRESAS |
|----------------------------------|------------------------|----------------------------------------|
| Petróleo, Gás e Biocombustíveis. | Exploração e/ou Refino | HRT Participações em Petróleo S.A. |
| | | OGX Petróleo e gás S.A. |
| | | Óleo e gás participações S.A |
| | | Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras |
| | | QGEP Participações S.A. |
| | | Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A. |
| | Equipamento e serviço | OSX Brasil S.A. |

Quadro 1: Empresas separadas por setor de atuação compostas na BM&FBovespa.

Fonte: BM&FBovespa, 2015.

A presente pesquisa teve como definição de sua amostra, as mesmas empresas que formam a população, caracterizando-se como amostragem não probabilística e intencional, já que segundo Mattar (1996), distinguir-se como uma amostragem não probabilística, aquela em que a escolha dos elementos da população para compor a amostra está sujeita ao menos em parte, ao julgamento do entrevistador no campo ou do pesquisador.

3.5 Quanto à análise dos dados

A pesquisa foi desenvolvida através das informações por segmento extraídas das notas explicativas das demonstrações financeiras padronizadas das empresas brasileiras do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis listadas na BM&FBovespa, em conjunto com o parecer de auditores realizadas entre 2010 e 2014. Das quais foram desconsideradas a empresa “Refinarias de Petróleos Manguinhos” e a “OGX Petróleo e Gás S.A.” por não possuírem dados dos cinco anos de pesquisa. Após esse momento, esses dados foram organizados em planilhas, tabelas e quadros ilustrativos para a verificação de como as empresas divulgaram as informações por segmento.

Quanto à análise dos dados, a execução foi por meio de questionário pré-estabelecido e fundamentado baseado no CPC 22, pelo qual foram estabelecidos os seguintes indicadores: o numeral 0 representou os que não divulgaram os itens constantes no quesito, o numeral 3 corresponde os que divulgaram parcialmente, e o numeral 5 os que divulgaram totalmente os quesitos propostos, conforme apresentado no Quadro 2:

| Nº | QUESITOS | 0 | 3 | 5 |
|----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|---|
| 1 | As entidades estão divulgando informações gerais quanto aos fatores utilizados para identificação dos segmentos e quanto os julgamentos feitos na aplicação dos critérios de agregação dos segmentos operacionais? | | | |
| 2 | As entidades estão divulgando informações sobre lucro ou prejuízo, ativo ou passivo de cada segmento divulgável apresentado regularmente ao gestor das operações? | | | |
| 3 | As informações anteriores dos segmentos operacionais divulgáveis estão representadas para fins comparativos? | | | |
| 4 | As entidades estão evidenciando separadamente as informações sobre cada segmento operacional? | | | |
| 5 | Os montantes específicos em cada segmento divulgável estão incluídos no valor do ativo, lucro ou prejuízo revisado pelo gestor das operações? | | | |
| 6 | As receitas financeiras estão divulgadas separadamente das despesas financeiras? | | | |
| 7 | As entidades apresentam explicação das mensurações do lucro ou prejuízo, dos ativos ou passivos para cada segmento reportável? | | | |
| 8 | As entidades estão realizando conciliações de receitas, lucros ou prejuízos, ativos e passivos do segmento reportável? | | | |
| 9 | Há evidenciação quanto às informações geográficas? | | | |
| 10 | As companhias fornecem informações sobre o grau de dependência de seus principais clientes? | | | |

Quadro 2: Instrumento de coleta de dados.

Fonte: CPC 22 (2009), adaptado pelo autor, 2015.

Nota-se que as empresas podem chegar a um montante de 50 pontos se divulgarem todos os quesitos formulados no instrumento de coleta de dados.

A partir dos valores obtidos, a empresa teve sua classificação quantitativa e seu respectivo percentual, para atribuição de um índice que se tornou o foco da análise. Também, foi feita a categorização do índice apurado classificando-os em “Péssimo”, “Ruim”, “Médio”, “Bom” e “Excelente”. Conforme descrição no Quadro 3:

| NÚMERO | PERCENTUAL % | CLASSIFICAÇÃO |
|---------|----------------|---------------|
| 0 - 10 | 0,00 a 20,00 | Péssimo |
| 11 - 20 | 20,01 a 40,00 | Ruim |
| 21 - 30 | 40,01 a 60,00 | Médio |
| 31 - 40 | 60,01 a 80,00 | Bom |
| 41 - 50 | 80,01 a 100,00 | Excelente |

Quadro 3: Classificação indicadora.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

De acordo com o objetivo geral, apresentam-se os resultados das empresas do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, listadas na BM&FBOVESPA, com relação às informações por segmento conforme o CPC 22.

4.1 Análise dos resultados

As sete empresas do setor econômico de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, listadas na BM&FBOVESPA, abrangem os segmentos de exploração e/ou refino e também equipamento e serviço, que estão respectivamente evidenciadas no quadro 1 na metodologia, dos quais os resultados das informações por segmento das referidas empresas foram tabulados em planilhas eletrônicas *Excel*.

Após a seleção das empresas de acordo com a metodologia proposta, iniciaram-se análises dos 10 (dez) quesitos formulados com base no Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – 22, conforme quadro 2 mencionado na metodologia.

A classificação indicadora foi pré-estabelecida da seguinte forma: para a classificação “Péssimo”, enquadraram-se as porcentagens entre 0,00% a 20,00%, para a “Ruim”, enquadraram-se as porcentagens entre 20,01% a 40,00%, o “Médio”, enquadraram-se as porcentagens entre 40,01% a 60,00%, para “Bom”, enquadraram-se as porcentagens entre 60,01% a 80,00%, e para a “Excelente”, enquadraram-se as porcentagens entre 80,01% a 100,00% representados na metodologia pelo Quadro 3.

Apresenta-se a tabela 1 com os resultados percentuais dos quesitos por empresa.

TABELA 1 – Classificação da divulgação das empresas.

| QUESITO | OGX | | | | | | ÓLEO E GÁS PARTICIPAÇÕES | | | | | | HRT | | | | | | |
|--------------|------------|------|------|------|------|-------|--------------------------|------|------|------|------|-------|------------|------|------|------|------|-------|------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Média | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Média | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Média | |
| Q1 | **** | **** | **** | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Q2 | **** | **** | **** | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Q3 | **** | **** | **** | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Q4 | **** | **** | **** | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 0% | 80% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Q5 | **** | **** | **** | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Q6 | **** | **** | **** | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Q7 | **** | **** | **** | 60% | 60% | 60% | 60% | 60% | 60% | 60% | 0% | 48% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Q8 | **** | **** | **** | 60% | 60% | 60% | 60% | 60% | 60% | 60% | 0% | 48% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Q9 | **** | **** | **** | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 0% | 80% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Q10 | **** | **** | **** | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Média | 82% | | | | | | 76% | | | | | | 80% | | | | | | |

| QUESITO | PETROBRAS | | | | | | QGEP | | | | | | OSX | | | | | | |
|--------------|------------|------|------|------|------|-------|------------|------|------|------|------|-------|------------|------|------|------|------|-------|------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Média | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Média | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Média | |
| Q1 | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Q2 | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Q3 | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Q4 | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Q5 | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Q6 | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Q7 | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Q8 | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 60% | 60% | 60% | 60% | 60% | 60% | 60% |
| Q9 | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Q10 | 100% | 100% | 0% | 0% | 0% | 40% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Média | 84% | | | | | | 10% | | | | | | 96% | | | | | | |

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa desenvolvida, 2015.

A OGX Petróleo e gás S.A apresentou um “Excelente” nível de divulgação pela metodologia proposta, porém, não fornecem informação sobre o grau de dependência de seus principais clientes. O percentual total de divulgação representou 82% dos quesitos aplicados nos últimos 2 anos (2013-2014), visto que ela foi convertida em sociedade anônima de capital aberto a partir de julho de 2012. Portanto, apesar das análises feitas, a mesma não faz parte do escopo geral dos resultados da pesquisa, pois não houve divulgações das informações nos três primeiros anos.

A Óleo e gás participações S.A apresentou um “Excelente” nível de divulgação dos quesitos entre 2010 e 2013, que representou 82%, porém, não fornecem informações sobre o grau de dependência de seus principais clientes. Em 2014, a entidade entrou nos termos do plano de recuperação judicial, do qual, ainda se encontra atualmente, tendo uma média de 76% de divulgação nos últimos cinco anos.

A HRT Participações em Petróleo apresentou um nível “Bom” de divulgação, porém não fornecem informações sobre o grau de dependência de seus principais clientes e apresenta seu resultado financeiro de modo sintético, sem que haja divulgação separadamente entre receitas e despesas financeiras. Obteve-se um percentual total de 80% dos quesitos aplicados entre 2010 e 2014.

A Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras apresentou entre 2010 e 2011 um “Excelente” nível de divulgação, atingindo ao percentual de 90% dos quesitos aplicados, ressaltando como ponto negativo, a divulgação de forma sintética quanto ao resultado financeiro. Já nos próximos anos (2012-2014) além desse fator negativo, a entidade deixou de fornecer informações sobre o grau de dependência de seus principais clientes, impactando no nível de divulgação, que reduziu a 80%, se qualificando como “Bom”. Seu percentual médio de divulgação nos últimos 5 anos foi de 84%.

A QGEP Participações S.A. considerada uma Holding de instituição não-financeira opera em um único segmento, E & P (Exploração e Produção) e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados. Sua receita líquida é substancialmente derivada de transações com a Petrobras no Brasil, atendendo nesse aspecto um seleto grupo de usuários das informações. Tendo assim um “Péssimo” nível de divulgação que representou 10% dos quesitos aplicados nos últimos cinco anos.

A OSX Brasil S.A. em recuperação judicial é a única empresa do segmento operacional “equipamento e serviço”, que respectivamente apresentou o melhor nível de divulgação entre as empresas listadas, abrangendo 96% de todos os quesitos aplicados, teve sua deficiência quanto às conciliações de receitas, lucros ou prejuízos, ativos e passivos do

segmento reportável apresentando as mesmas de forma parcial.

A Refinaria de Petróleos Manguinhos não serviu de base para as análises, pelo fato de não conter em suas demonstrações contábeis as notas explicativas que evidenciaria os quesitos prepostos.

A partir da percepção realizada da tabela 1, notou-se que a OSX Brasil SA, a Petróleo Brasileiro S.A Petrobras, a HRT Participações em Petróleo S.A e a Óleo e Gás Participações S.A proporcionaram mais de 75% de divulgações atendidas.

Após apuração dos índices médios de divulgação das informações por segmento, fora elaborado um ranking das empresas que obtiveram melhor nível de divulgação. Conforme apresentadas na tabela 2.

TABELA 2 – *Ranking* das 4 empresas com melhor nível de divulgação.

| POSIÇÃO | EMPRESA | MÉDIA |
|----------------|-----------------------------------|-------|
| 1 ^a | OSX Brasil SA | 96% |
| 2 ^a | Petróleo Brasileiro SA– PETROBRAS | 84% |
| 3 ^a | HRT Participações em Petróleo SA | 80% |
| 4 ^a | Óleo e Gás participações SA | 76% |

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa desenvolvida, 2015.

Pode-se observar que, na 1^a posição, fica a OSX com uma média percentual de 96,00% de divulgação, seguido da Petrobras com média percentual de 84,00%, e o restante com média percentual de 80,00% e 76,00%, respectivamente.

Na tabela 3, apresenta-se a classificação da qualidade dos índices médios dos quesitos apurados na pesquisa.

TABELA 3 – Classificação do nível de divulgação dos quesitos apurados.

| DADOS DOS QUESITOS | | | | | | | | | | | |
|--------------------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|-------|
| Quesito | 2010 | | 2011 | | 2012 | | 2013 | | 2014 | | Média |
| 1 | 100% | Excelente | 100% |
| 2 | 80% | Bom | 80% |
| 3 | 80% | Bom | 80% |
| 4 | 80% | Bom | 80% | Bom | 80% | Bom | 80% | Bom | 60% | Médio | 76% |
| 5 | 80% | Bom | 80% |
| 6 | 40% | Ruim | 40% |
| 7 | 72% | Bom | 72% | Bom | 72% | Bom | 72% | Bom | 60% | Médio | 69,6% |
| 8 | 64% | Bom | 64% | Bom | 64% | Bom | 64% | Bom | 52% | Médio | 61,6% |
| 9 | 80% | Bom | 80% | Bom | 80% | Bom | 80% | Bom | 60% | Médio | 76% |
| 10 | 40% | Ruim | 40% | Ruim | 20% | Péssimo | 20% | Péssimo | 20% | Péssimo | 28% |
| Média | 71,6% | | 71,6% | | 69,6% | | 69,6% | | 63,2% | | |

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa desenvolvida, 2015.

Conforme análise identifica-se que os quesitos que apresentaram um maior percentual em média fora o de nº 1, que demonstra se as entidades estão divulgando informações gerais quanto aos fatores utilizados para identificação dos segmentos e quanto os julgamentos feitos na aplicação dos critérios de agregação dos segmentos operacionais com 100,00% de divulgação nos últimos cinco anos.

Os quesitos, com segunda maiores divulgações foram: o de nº 2, que evidencia se as entidades estão divulgando informações sobre lucro ou prejuízo, ativo ou passivo de cada segmento divulgável apresentado regularmente ao gestor das operações, nº 3, se as informações anteriores dos segmentos operacionais divulgáveis estão representadas para fins comparativos e o de nº 5, se os montantes específicos em cada segmento divulgável estão incluídos no valor do ativo, lucro ou prejuízo revisado pelo gestor das operações ambos com 80,00% de divulgação.

Por outro lado, tem-se o quesito que obteve índices percentuais “baixos”, que é o de nº 10, demonstra se as companhias fornecem informações sobre o grau de dependência de seus principais clientes com 28,00% de divulgação. Visto que, as entidades não estão obrigadas a divulgarem a identidade destes clientes. Outro quesito que também se destacou por um baixo nível fora o de nº 6, que evidencia se as receitas financeiras estão divulgadas separadamente das despesas financeiras obtivendo 40% de divulgação.

Nota-se também que entre 2010 e 2011 as empresas obtiveram maior quantidade de divulgação dos quesitos aplicados, tendo em média 71,60%. Em 2012 e 2013 tiveram um percentual de divulgação menor com média de 69,60%. Em 2014, apresentou-se o pior nível de divulgação que representou 63,20% dos quesitos aplicados. Observando-se, portanto, uma queda na quantidade dessas informações nos últimos cinco anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa avaliou os índices de evidenciações das informações por segmento de acordo com as exigências do Pronunciamento Técnico, CPC 22.

Para a conclusão dos resultados, foram analisadas notas explicativas das 07 empresas brasileiras de capital aberto do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis listadas na BM&FBOVESPA, referente aos anos de 2010 a 2014, visto que a partir de 2010 se tornou obrigatório à divulgação das informações por segmento. Foi elaborada uma métrica com os quesitos de evidenciação de acordo com as exigências do CPC 22, para buscar as informações segmentadas das companhias.

Ao considerar o índice anual de divulgação dos 10 quesitos aplicados a amostra das 7 empresas, das quais a empresa Refinaria de Petróleos Manguinhos e a OGX Petróleo e gás S.A. foram excluídas por não possuírem informações dos cinco anos de pesquisa. Foram encontrados os seguintes resultados:

Em 2010 a média do índice de divulgação foi de 71,60%, 71,60% em 2011, em 2012 foi de 69,60%, em 2013 foi de 69,60% e em 2014 foi de 63,20%, visto que essa pequena margem de redução se deu por conta da empresa Óleo e Gás participações S.A. que em 2014 se encontrou em recuperação judicial.

Portanto, conclui-se que as empresas obtiveram grande desempenho em relação à análise do índice médio de divulgação da qualidade dos quesitos apurados, sendo que, no ano de 2010, 80,00% dos quesitos apurados representaram níveis de classificações “Excelente” e “Bom”, enquanto 20,00% dos quesitos abordaram nível “Ruim” de divulgação. Em 2011, foram 80,00% dos quesitos tidos como “Excelente” e “Bom”, enquanto 20,00% foram considerados “Ruim”. Em 2012, foram 80% dos quesitos tidos como “Excelente” e “Bom”, enquanto 20,00% foram considerados “Ruim” e “Péssimo”. Em 2013, foram 80% dos quesitos representados como “Excelente” e “Bom”, enquanto 20,00% como “Ruim” e “Péssimo”. Em 2014, 40,00% dos quesitos apurados representaram “Excelente” e “Bom”, 40,00% obtiveram as classificações “Médias” e 20,00% considera-se “Péssimo” e “Ruim”. De

acordo com os resultados encontrados, percebe-se que as companhias analisadas estão proporcionando um alto índice de divulgação de informações por segmento.

Assim, conclui-se que as empresas estão evidenciando informações necessárias que possam auxiliar aos usuários para a tomada de decisões, expondo de forma detalhada cada segmento operacional.

REFERÊNCIAS

AILÓN, Humberto Silva; SILVA, Júlio Orestes de; PINZAN, Anderson Ferreira; WUERGES, Artur Felipe Ewald. Análise das informações por segmento: divulgação de informações gerenciais pelas empresas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 10 n. 19, p. 33-48, jan./abr., 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2013v10n19p33>>. Acesso em: 19/04/2015.

BARBOSA, Daniela. As 10 maiores petroleiras do mundo; Petrobras é a nona. 2014. **Revista Exame (online)**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/as-10-maiores-petroleiras-do-mundo-petrobras-e-a-nona>>. Acesso em 12/04/2015.

BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo. Empresas listadas. 2015. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/Empresas-Listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 01/04/2015.

BOSCOV, Camila Pereira. **O enfoque gerencial na divulgação de informações por segmento**. 2009. 209f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-06052009-114957/publico/Camila_Boscov.pdf>. Acesso em: 19/03/2015.

BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários. **Deliberação CVM 582**, de 31 de julho de 2009. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 22 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de informações por segmento. Diário Oficial da União, Brasília, 03 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/deli/deli582.html>>. Acesso em: 21/04/2015.

_____. **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da União, Brasília – 17 de dezembro de 1976, Seção 1 - Suplemento, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 09/10/2015.

_____. **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial da União, Brasília - Edição Extra – 28 de dezembro de 2007, Seção 1, p.2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 20/03/2015.

_____. **Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, de 14 de fevereiro de 2007**. Rio de Janeiro: CVM, 2007. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/circ/snc-sep/anexos/oc-snc-sep-10107.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2015.

CAVALCANTI, J. M. **Metodologia de estudo de caso**: livro didático. Palhoça: Unisul, 2007.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC Nº 1.055/05**, de 07 de outubro de 2005. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/cfc1055.htm>>. Acesso em: 20/03/2015.

_____. **Resolução CFC nº 1.176/09**, de 24 de julho de 2009. Aprova a NBC TG 22 – Informações por Segmento. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1176.doc>. Acesso em: 18/03/2015.

COSTA, Luciano Schneider. **Uma verificação da conformidade na divulgação de informações por segmento de acordo com o CPC 22**. 2011. 73f. Monografia (Bacharel em ciências Contábeis) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. 2011. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis304525.pdf>>. Acesso em: 11/04/2015.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Conheça o CPC**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>>. Acesso em: 15/03/2015.

_____. **Pronunciamento Técnico 09**, Demonstração do Valor Adicionado, 2008. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf>. Acesso em: 05/03/2015.

_____. **Pronunciamento Técnico 22**, Informações por Segmento, 2009. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/292_CPC_22_rev%2006.pdf>. Acesso em: 05/03/2015.

_____. **Pronunciamento Técnico 26 (R1)**, Apresentação das Demonstrações Contábeis, 2011. Disponível em:
<http://static.cpc.medigroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2006.pdf>. Acesso em: 05/03/2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, M. **Fundamentos da metodologia científica**. Porto Alegre: Fabris, 2001.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, S., MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas. 2010.

KRIECK, Manfredo. **Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis**. 2010. 97 f. Curso de Ciências Contábeis, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2010. Disponível em:
<http://www.learned.com.br/download.php? pasta= _upl/file&arquivo=apostila_aide_2010_2.pdf>. Acessado em 02 de maio de 2015

LAKATOS, E. M.; MARCONI. M. de A. **A metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MATTAR, F. **Pesquisa de marketing**. Ed. Atlas. 1996.

MORALES, Maicon Goulart. **Análise das premissas utilizadas na segmentação por atividade a luz do pronunciamento técnico 22 - Informações por segmento**. 2011. 24f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em:
<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/34873>>. Acessado em 19/04/2015.

MORESI, Eduardo (Org.) **Metodologia da pesquisa**. Universidade Católica de Brasília, UCB, Brasília, 2003. Disponível em:
<<http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>>. Acesso em: 07/10/2015.

OLIVEIRA NETTO, Alvim Antônio. **Metodologia da Pesquisa Científica**: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos. 3. ed. Florianópolis: Visual Books, 2008.

PADOVEZE, Clóvis Luis; BENEDICTO, Gideon C.; J. LEITE, Joubert da Silva. **Manual de Contabilidade Internacional**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PARDAL, Pedro Nuno Coelho Palhão Bicho. **Relato financeiro por segmentos em Portugal**: Análise à implementação da Diretriz Contabilística. 2008. 155f. Tese (Mestrado em Ciências Contábeis) – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/672>>. Acesso em 29/03/2015.

PERRONE, Luciano. **Demonstrações contábeis e notas explicativas**. São Paulo, 2012. Canal IFRS PME's - CRCSP. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/home/web_tv/material/demonstracoes_contabeis.pdf>. Acesso em: 23/04/2015.

SCHVIRCK, Eliandro; GASPARETTO, Valdirene. **Divulgação Voluntária de Informações por Segmento e Governança Corporativa antes da Vigência do CPC 22**. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração - EnANPAD. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON2990.pdf>>. Acesso em: 08/04/2015.

SCHVIRCK, Eliandro; LUNKES, Rogério João; GASPARETTO, Valdirene. Divulgação de Informações por Segmento: panorama da Aplicação do CPC 22. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade - REPeC**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 131-146, abr./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/571>>. Acesso em 29/04/2015.

SILVA, Flávia de Araújo; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Estágio atual de evidenciação e fatores que influenciam o *disclosure* de informações por segmentos por empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v.4, n.3, p.78-94, set./dez., 2012. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/rcc/article/view/29897/19542>>. Acesso em: 11 out. 2015.

SILVA, Carmen Cristina. Análise das demonstrações contábeis. Análise das demonstrações contábeis. **Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia**, v. 4, n. 12, p: 135-143, 2014. Disponível em: <<http://www.fara.edu.br/sipe/index.php/renefara/article/download/161/145>>. Acesso em: 14/04/2015.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SOUZA, Júlia Alves; SARLO NETO, Alfredo. Práticas de divulgação de informações sobre segmentos operacionais no Brasil. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, mai./ago., 2014. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrj/article/view/2258/1964>>. Acesso em: 12/05/2015.

SZUSTER, Natan; CARDOSO, Ricardo Lopes; SZUSTER, FortunéeRechtman; SZUSTER, Fernanda Rechtman v.; SZUSTER, Flávia Rechtman. **Contabilidade Geral**: introdução a contabilidade societária. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

UNIVERSIDADE DE RIO VERDE. **Normas e padrões para elaboração de trabalhos acadêmicos**. 2005. 58f. Disponível em: <http://www.fesurv.br/imgs/norm_pad_elab_trab_acad.pdf>. Acesso em 04/03/2015.

VASCONCELOS, Madson de Gusmão; SZUSTER, Natan. Informações contábeis por segmento de negócio. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**. v. 8, n.2, p-71, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/UERJ/article/viewArticle/690>>. Acesso em: 21/03/2015.